
Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

Inclusion, pedagogical practices and education of deaf students: Specialized Educational Assistance in the Bilingualism Program of the city of Niterói/RJ

Rosana Prado
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Valdelúcia Alves da Costa
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo versa sobre o Programa de Bilinguismo para alunos surdos implementado nas escolas municipais de Niterói, enfatizando as estruturas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido à luz da Teoria Crítica da Sociedade, tendo por objetivo caracterizar a estruturação política, a organização da educação de alunos surdos e as estratégias pedagógicas adotadas no AEE como suporte à educação inclusiva. Foram realizadas observações nas escolas; análise documental; aplicação de questionários; entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram o sistema de ensino de Niterói com organização pedagógica divergente do MEC, o que não impediu a estruturação da educação bilíngue com valorização da língua, identidade e cultura surda com suas propostas pedagógicas, com avanços na educação de alunos surdos com respeito às suas singularidades e diversidade cultural.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação de alunos surdos; Programa de Bilinguismo.

Abstract

This article deals with the Bilingualism Program for deaf students implemented in municipal schools in Niterói, emphasizing the pedagogical structures of the Specialized Educational Assistance (AEE), developed in the light of the Critical Theory of Society, with the objective of characterizing the political structure, the organization of education of deaf students and the pedagogical strategies adopted in the AEE to support inclusive education. Observations were carried out in schools; document analysis; application of questionnaires; semi-structured interviews. The results revealed the teaching system of Niterói with pedagogical organization divergent from the MEC, which did not prevent the structuring of bilingual education with appreciation of the deaf language, identity and culture with its pedagogical proposals, with advances in the education of deaf students with respect to their singularities and cultural diversity.

Keywords: Specialized Educational Assistance Education of deaf students; Bilingualism Program.

Introdução

O debate sobre educação inclusiva tornou-se parte da agenda nas instituições de ensino e nos grupos de pesquisa em atendimento às demandas por uma sociedade justa e acolhedora, tendo provocado o surgimento de uma série de movimentos, reflexões, legislações, ações sociais e educativas levando a escola, muitas vezes, a um conceito rotulado de direitos humanos, diversidade, respeito e cidadania.

Este estudo se baseia nos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade ao considerar que os grandes obstáculos à democratização da escola, não são os limites humanos, mas sociais, levando em consideração Crochík (2006), ao afirmar que os limites humanos podem ser acolhidos e respeitados pela humanidade que representam e não serem considerados impedimentos para a democratização da sociedade. Portanto, questiona-se à luz dessa concepção de escola: quais as possibilidades de democratização da escola pública para alunos surdos? É necessário pensar a educação como uma dimensão política no que se refere à maneira como é entendida e estruturada. Em consequência de uma opção política e consciente se darão as operacionalizações e estruturações de cunho pedagógico, linguístico e cultural.

Este artigo é derivado de uma tese de doutorado sobre o Programa de Bilinguismo para alunos surdos da Fundação Municipal de Ensino de Niterói, considerando as estruturas pedagógicas articuladas com o Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos em escolas inclusivas. A apresentação e análise dos dados tem como suporte teórico-metodológico o pensamento de Theodor W. Adorno, representante da Teoria Crítica da Sociedade e a filosofia bilíngue para surdos, no que se refere às abordagens político-filosóficas referentes à educação de alunos surdos, como suporte teórico-metodológico de análise e compreensão das questões e objetivos propostos para este estudo.

No que se refere ao material e aos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas observações nas escolas, análise documental e aplicação de questionário com professores bilíngues, professores de Libras e professores de Sala de Recursos Multifuncionais, em duas escolas municipais, que são polos de educação bilíngue em Niterói/ RJ, focando questões quanto à inclusão de alunos surdos e à organização pedagógica do Programa de Bilinguismo para alunos surdos de Niterói.

As observações nas escolas ocorreram durante as aulas, nos passeios, em conversas no pátio, nas brincadeiras, no horário de entrada e saída, nos intervalos, nas festas, se

configurando como fonte de pesquisa, uma vez em que não tendo sido programadas, revelaram o cotidiano das escolas estudadas. Foi adotado um Caderno de Campo no qual foram anotadas ocorrências do dia a dia e conversas com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais e com a direção das escolas.

A análise documental foi realizada nos documentos cedidos pela Coordenação de Educação Especial e em registros internos das escolas. Como esses documentos estavam em formato digital, foram enviados por e-mail, permitindo a análise fora do horário de aulas e atividades pedagógicas. Foram considerados os documentos que fundamentam o Programa de Educação Bilíngue para alunos surdos no Município de Niterói, como: projeto inicial e de Educação Bilíngue para alunos surdos; projeto posterior ampliado; plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores; portarias sobre a educação especial, entre outros.

O questionário aplicado privilegiou quatro eixos básicos, a seguir: a) a inclusão; b) O Programa de Bilinguismo; c) Língua, identidade e cultura surda; d) Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo sido enviado e recebido por correio eletrônico, com um prazo de, aproximadamente, um mês para o envio das respostas. Entendemos que as respostas por escrito deram liberdade e flexibilidade para os participantes se expressarem.

No caso dos participantes surdos, que foram três professores de libras, o questionário foi aplicado pessoalmente com gravação em vídeo. As perguntas foram feitas em Libras, filmadas em vídeo e, posteriormente, interpretadas e transcritas para o português para serem utilizadas no estudo. A interpretação foi realizada por uma professora habilitada por ser bilíngue e com fluência nas duas línguas (Libras e Língua Portuguesa).

Os participantes do estudo foram escolhidos quanto à atuação na educação bilíngue nas escolas. Para tal, foram aplicados questionários aos professores bilíngues, professores de Libras e professores de Sala de Recursos Multifuncionais das escolas estudadas. A totalidade dos participantes assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa foi autorizada pelo setor competente da Secretaria Municipal de Educação de Niterói. A maioria dos profissionais, participantes do estudo, respondeu ao questionário e o enviaram por e-mail.

Além dos participantes envolvidos na dinâmica das escolas, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora de Educação Especial (FME), no que se refere à inclusão de alunos surdos nas escolas municipais de Niterói, à implementação e às linhas de atuação do Programa Bilíngue e sua fundamentação teórico-documental. Com os elementos que apoiam a

educação para alunos surdos e o pensamento de Adorno (2006), foram propostas as questões do estudo:

- Considerando os diversos mecanismos de controle social, presentes na educação escolar, a legislação vigente, as contradições entre o que é preconizado e o que é implementado, as políticas públicas que instituem estratégias pedagógicas e preconizam os direitos à educação e à inclusão, como o município de Niterói, pela adoção do Programa de Bilinguismo, tem se estruturado em relação à demanda de educação e inclusão dos alunos surdos?
- O Atendimento Educacional Especializado/AEE, para alunos surdos, contribui na afirmação da LIBRAS tanto no desenvolvimento das estruturas cognitivas quanto na aquisição do conhecimento de alunos surdos?

Essas questões a investigar estabeleceram os objetivos do estudo: Caracterizar a estruturação política e a organização pedagógica da educação de alunos surdos no município de Niterói e o Programa de Bilinguismo, no âmbito das políticas públicas de educação, a língua de sinais/LIBRAS, a cultura surda e suas estratégias linguísticas e culturais; e, compreender as estratégias pedagógicas, adotadas no Atendimento Educacional Especializado, considerado como um suporte à educação de alunos surdos na perspectiva inclusiva.

Caracterização da Educação Inclusiva no município de Niterói/RJ

No documento interno da Fundação Municipal de Educação de Niterói, o Programa de Bilinguismo, objeto deste estudo, integra uma rede de programas que constituem as Políticas Públicas de Inclusão do município de Niterói, nas quais o Programa de Bilinguismo situa-se no cenário da educação inclusiva. O pioneirismo da Fundação Municipal de Niterói é apresentado em estudo de Pintor (2011, p. 95): “A Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), órgão da Secretaria Municipal de Educação (SME), foi criada pela Lei nº 924 (1991) e pelo Decreto nº 617 (1991)” com o objetivo de garantir autonomia nas ações direcionadas à rede de ensino, o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, além de incentivar a sociedade no desenvolvimento dos alunos para exercerem sua cidadania no mundo do trabalho e demais instâncias sociais.

Em relatórios da Coordenação de Educação Especial, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, com dados referentes ao ano de 2013, foram obtidas informações de que o município de Niterói conta com uma rede de 86 escolas, atendendo aproximadamente 29.000 alunos. Desse total, 1.064 alunos têm necessidades educacionais especiais e 123 alunos são surdos ou apresentam deficiência auditiva. Dentre os alunos com deficiência 907 são

acompanhados por professores de apoio. As escolas encontram-se agrupadas por proximidade dos bairros e distribuídas em sete polos administrativos, identificados pelo território físico ocupado no município.

Segundo Pintor (2011) desde 1999 a rede municipal de ensino de Niterói atua educacionalmente em sistema de Ciclos de Formação, em substituição ao sistema seriado de ensino, estando organizada da seguinte maneira: o ciclo da Educação Infantil atende crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, o Ciclo do Ensino Fundamental atende alunos de 6 a 9 anos (1º ciclo), de 9 a 12 anos (2º ciclo), alunos de 12 a 15 anos (3º ciclo) e alunos de 15 a 17 anos (4º ciclo). Na perspectiva da Educação em Ciclos, o município de Niterói, tem sido objeto de estudos internos e externos, com o objetivo de problematizar a prática docente e ressignificar o contexto escolar, tendo por objetivo garantir a permanência de alunos, com e sem deficiência, nas escolas públicas de Niterói.

Ainda de acordo com Pintor (2011), a Educação Especial, na Fundação Municipal de Educação de Niterói, desenvolveu as primeiras ações na década de 1980, quando começaram as matrículas de alunos com deficiência nas escolas municipais. À época, a política de educação inicial para educação desses alunos, centrava-se no atendimento clínico-terapêutico, com objetivos voltados mais às patologias e aos déficits dos alunos, do que propriamente às suas potencialidades e possibilidades educacionais. Esse trabalho era desenvolvido por uma equipe constituída por psicóloga, fonoaudióloga e pedagoga, cuja função era dar suporte aos professores dos 68 alunos com deficiência matriculados nas escolas na década de 1980.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a educação de surdos na perspectiva inclusiva (bilíngue)

Em 2015 é promulgada a Lei nº 13.146, denominada Lei Brasileira de Inclusão/LBI (BRASIL, 2015), que além de preconizar diversos direitos, no que se refere especificamente à comunidade surda, regulamentou as diretrizes apresentadas no Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005), garantindo a oferta do ensino em Libras, atuação de intérpretes de Libras, acesso à informação e comunicação em Libras e LP escrita e promoção de acessibilidade linguística para participação nos diversos setores da vida pública e política.

Muito recentemente, houve modificação da lei mais importante da educação brasileira. Em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021), que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /LDB (BRASIL, 1996) como uma modalidade de

Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

ensino independente, constituindo-se como marco para a educação de surdos, não somente por afirmar a Libras como língua de instrução; mas, também garantir organizações específicas de educação bilíngue para alunos surdos, reconhecendo sua especificidade linguística e cultural, como previsto no Artigo 60-A da Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021):

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Está previsto no preceito legal o direito à educação bilíngue para alunos surdos e, para sua garantia, concomitantemente os materiais elaborados pelo MEC, para formação de professores em AEE, orientam que alunos surdos constituam turmas frequentadas por alunos surdos e ouvintes (sendo a maioria ouvinte) e que frequentem Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs), no contraturno, para atendimento do AEE em Libras, na aprendizagem de conteúdos ensinados em Libras; AEE para o ensino de Libras, que consiste em aulas de Libras para os alunos surdos; e AEE para o ensino de Língua Portuguesa, para aulas sistematizadas para aprendizado da língua portuguesa escrita, para as quais o professor de AEE deve se organizar para atender amplamente às demandas de língua, cultura, conceituação e aprendizado.

Então, em sendo essas demandas contempladas pelo Atendimento Educacional Especializado, preconizado como apoio pedagógico complementar e/ou suplementar ao ensino regular (BRASIL, 2011), vale considerar a esse respeito Santos & Campos (2013, p. 23) ao afirmarem:

Definitivamente esta é uma visão deturpada das orientações legais, bem como do desenvolvimento linguístico e cognitivo do aluno surdo. Não se pode entender a Libras como complementar ou acessório no ambiente escolar, ela é a base para todo o aprendizado deste aluno e deve ser prioridade em uma proposta de Educação Bilíngue.

Sabe-se que há uma legislação que determina e orienta a educação de alunos surdos na perspectiva do bilinguismo, na qual o entendimento da educação bilíngue para alunos surdos encontra-se ainda com encaminhamentos que, na maioria das vezes, não atendem às necessidades dos alunos surdos. Sabe-se que a educação na perspectiva bilíngue enfrenta constantes tensões e desafios devido às políticas educacionais que preconizam, de maneira ambígua, a Educação Bilíngue.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos surdos no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

Por intermédio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com os participantes deste estudo, análise de documentos internos, disponibilizados pela Coordenação de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação, e observações nas escolas estudadas, foi possível perceber que, na perspectiva bilíngue de educação de surdos, o Programa de Bilinguismo no Município de Niterói, está estruturado e implementado de maneira distinta de algumas orientações do Ministério da Educação (MEC). Mas, em atendimento com a Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021) que prevê a organização de escolas e classes bilíngues para alunos surdos. Esta característica se relaciona com a autonomia que os sistemas públicos de ensino têm em se estruturar para atender às demandas dos alunos com deficiência. Ao assumir essa autonomia, percebe-se que o município de Niterói tem se organizado para atender às necessidades dos alunos surdos no que se refere à aquisição de Libras, ao ensino dos conteúdos curriculares, à identidade e cultura surda.

Em estudos de Meireles (2010) e observações nas escolas, foi possível identificar que, no município de Niterói, a maioria dos alunos surdos encontra-se em grupos de referência denominados de Turmas Bilíngues. Ou seja, alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental estudam em salas de aula compostas exclusivamente por alunos surdos. A Portaria nº 878 (FME, 2009) estabelece que as turmas bilíngues podem ser compostas por até 15 alunos surdos. Mas, observa-se que, em média, essas turmas têm dez alunos, devido à necessidade de comunicação visual entre a professora bilíngue (fluente em Libras e LP escrita) e os alunos surdos. Essas turmas também contam com a presença de um surdo adulto, denominado professor de Libras, que atua como modelo de língua e identidade para os surdos, além de desenvolver as atividades de ensino sistemático da gramática de Libras. Durante as observações e coleta de dados, foi possível observar algumas características do atendimento aos alunos surdos:

- Alunos surdos, do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, encontram-se agrupados em turmas constituídas exclusivamente por alunos surdos.
- As turmas bilíngues são regidas por professores bilíngues, acompanhados de um professor surdo de Libras.
- As aulas são planejadas e desenvolvidas tendo por base e modelo o aluno surdo.
- A língua de instrução das turmas bilíngues é a Língua de Sinais (Libras).
- Os alunos surdos adquirem a Língua de Sinais (Libras) em convívio com outras crianças e adultos surdos.

Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

- Alunos surdos com outras deficiências são acompanhados por professor de apoio bilíngue e frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) no mesmo turno da sala de aula comum.
- Alunos surdos, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, estão incluídos em turmas de alunos ouvintes, onde a língua de instrução é o português, contando com a presença de um intérprete de Libras em tempo permanente.
- Do sexto ao nono ano, os professores não são bilíngues, não conhecem as especificidades do ensino de alunos surdos e as aulas são planejadas com base no modelo de aluno ouvinte.
- Alunos surdos, do sexto ao nono ano, são acompanhados com AEE para ensino de língua portuguesa, no contraturno na Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs).

Pelas narrativas das professoras, participantes deste estudo, a maioria dos alunos surdos não necessita do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), por terem suas demandas educacionais atendidas nas turmas bilíngues, como afirmado pela professora Esterⁱ:

Os alunos surdos daqui desenvolvem a língua de sinais, aprendem os conteúdos, conversam com os colegas, interagem com o aprendizado em sua sala de aula que é a turma bilíngue. Eles não precisam da sala de recursos multifuncionais (SRMs). Só os alunos que têm outros comprometimentos que precisam ir para o AEE. Mas, eles não vão para lá aprender conteúdo e nem língua de sinais. Eles usam a língua de sinais, mas lá eles participam de atividades de memória, atenção, de sequência, raciocínio lógico e outras atividades, em atendimento às necessidades da outra deficiência que eles têm e não da surdez.

Na narrativa da professora Ester, o Programa de Bilinguismo do município de Niterói dispõe de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as quais os alunos surdos frequentam quando apresentam outra deficiência, além da surdez, em função de que o Programa de Bilinguismo, como revelado nas narrativas das professoras bilíngues, tem a intenção de atender às necessidades educacionais dos alunos surdos em seu grupo de referência, no qual estão imersos na sua língua e cultura e que, por seu intermédio, possam se aproximar da língua majoritária.

O Programa de Bilinguismo, do município de Niterói, imprime um significado distinto ao AEE. Enquanto o MEC recomenda atendimentos específicos em Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) para aquisição da base conceitual, para o aprendizado da Libras e para o aprendizado da língua portuguesa, o Programa de Bilinguismo do município de Niterói se estrutura tendo por base a perspectiva de que o aluno surdo precisa ter a totalidade de suas

necessidades educacionais atendidas em sala de aula. Então, percebe-se que o Programa de Bilinguismo do município de Niterói tem características que provocam a necessidade de sua problematização e análise. Principalmente, no que se refere às estratégias pedagógicas e organização do ensino para o Atendimento Educacional Especializado dos alunos surdos.

O Programa de Bilinguismo na Educação de Alunos Surdos no município de Niterói/RJ

O Programa de Bilinguismo para alunos surdos do município de Niterói teve origem em 2004 com a inauguração da Escola 1, que à época recebeu vinte alunos surdos vindos da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição/APADA em Niterói e, segundo Meireles (2010), a APADA se configurava como uma associação filantrópica, organizada como escola especial voltada exclusivamente para o ensino de alunos surdos. Por conta das políticas públicas de inclusão, a APADA deixou de receber verba e incentivo do poder público e precisou deixar de atender alunos surdos na modalidade de escola. À época, os alunos surdos foram encaminhados à rede municipal de ensino para exercerem o direito à educação na escola pública.

O Projeto de Educação Bilíngue, antes restrito à uma única escola, em 2010, passou a constituir o Programa de Bilinguismo do município de Niterói, com o objetivo de atender alunos com surdez em diferentes graus de perda auditiva garantindo-lhes acesso, métodos, recursos e organização no atendimento às suas necessidades e permanência nas escolas municipais. Atualmente, o Programa de Bilinguismo tem por prioridade a garantia de acesso à língua e cultura próprias da comunidade surda e a oferta de estratégias visuais que possibilitem o acesso ao conhecimento e a experiências formativas nos espaços escolares. Atualmente, o Programa de Bilinguismo de Niterói contempla o atendimento aos alunos surdos e profissionais especializados em duas escolas, embora, quando necessário, suas ações se estendam a outras unidades escolares. Tal organização é devido à necessidade de manter grupos de convivência entre alunos surdos para garantir a manutenção da língua e da cultura surda. Apesar dessa necessidade, o município de Niterói reconhece que muitas famílias apresentam impedimentos para se deslocarem e manterem seus filhos estudando longe de suas residências. O Programa de Bilinguismo de Niterói conta com a atuação de um profissional especializado, que também acompanha alunos que se encontram nas diversas escolas, distribuídas no município de Niterói.

As principais ações desenvolvidas pelo Programa de Bilinguismo são:

Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

- Identificação dos alunos com surdez ou deficiência auditiva em todas as escolas da Rede Municipal de Niterói.
- Avaliação pedagógica para detectar nível de percepção auditiva funcional para ações pedagógicas.
- Contato com a família para conhecimento de histórico do aluno, situação em que ocorreu a perda auditiva, relações estabelecidas pelo aluno, situação social e econômica da família, como possibilidades de acompanhamentos externos ou outras ações que favoreçam ou dificultem o desenvolvimento do aluno, entre outros.
- Encaminhamento do aluno para avaliação auditiva em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição (APADA/ Niterói).
- Elaboração de estratégias e recursos pedagógico junto aos professores e à escola de maneira ampla.
- Providências quanto às demandas de profissionais especializados quanto às necessidades educacionais de cada aluno.
- Visitas frequentes às escolas para acompanhar e orientar ações pedagógicas que garantam o desenvolvimento dos alunos.
- Adaptações curriculares e adaptações de acesso ao currículo em atendimento às necessidades dos alunos surdos.
- Adaptações no processo avaliativo da aprendizagem quando necessário.
- Adaptação dos referenciais curriculares de língua portuguesa como segunda língua. (essa adaptação foi feita pelo profissional especializado da Coordenação de Educação Especial e encontra-se em vigor).
- Orientação e formação de professores para utilização dos referenciais curriculares que preveem metodologia específica para alunos surdos.
- Realização de cursos de formação continuada sobre bilinguismo garantindo a divulgação do trabalho e o aprimoramento de professores da FME sobre o referido tema.
- Organização e realização de cursos de formação continuada com o objetivo de preparar professores da Rede Municipal de Educação para trabalharem com alunos surdos. Pois, os professores devem ter formação ampla e específica e não somente a Língua de Sinais (Libras). Ensinar alunos surdos requer conhecimento da lógica de pensamento por imagens, próprio dos alunos surdos.
- Organização e acompanhamento dos cursos de Libras oferecidos aos professores da rede Municipal de Educação de Niterói.
- Visitas e contatos com instituições parceiras na educação de alunos surdos.
- Contato com instituições de saúde e reabilitação que dão suporte ao desenvolvimento pedagógico dos alunos surdos.
- Seleção e contratação de profissionais bilíngues.
- Acompanhamento nas escolas dos profissionais bilíngues.
- Participação dos profissionais da educação em fóruns, seminários, congressos e outros eventos sobre educação de surdos como ouvintes e palestrantes.

A maioria dos alunos, atendidos pelo Programa de Bilinguismo da Rede Municipal de Niterói, apresenta surdez profunda com necessidade de Libras como primeira língua. Esses alunos encontram-se em turmas bilíngues, ou seja, turmas exclusivamente de alunos surdos na primeira etapa do ensino fundamental, e em turmas regulares com intérprete de Libras na segunda etapa do ensino fundamental. Portanto, para a maioria dos alunos surdos, a Libras é a língua de instrução.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação de Educação Especial, foi possível perceber que $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos alunos apresenta alguma outra deficiência, associada à surdez ou é surdocego. Esses alunos são acompanhados por professores de apoio bilíngues e são atendidos em Salas de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado. Essa informação indica que o município de Niterói se organiza para atender as diferentes necessidades educacionais especiais, em função das especificidades de cada aluno.

Para melhor compreensão das informações, no que se refere às organizações propostas pelo Programa de Bilinguismo, faz-se necessário considerar a narrativa da Coordenadora de Educação Especial da FME, Niterói:

Quando os alunos são apenas surdos, precisam unicamente da turma bilíngue e esta organização escolar atende às necessidades linguísticas e culturais desses alunos. Nas turmas bilíngues temos um professor bilíngue que ministra aulas em Libras e um professor de Libras surdo que serve como modelo de língua e identidade surda. Então, nossos alunos não precisam de atendimento em Salas de Recursos Multifuncionais. Eles têm suas necessidades atendidas nas salas de aula bilíngues. No entanto, se ele possui alguma outra deficiência além da surdez ou é surdocego, além de estar na turma bilíngue, terá acompanhamento de um professor de apoio e atendimento educacional especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais. Mas, se o aluno apresentar uma perda parcial da audição e mesmo assim for capaz de ouvir a voz das pessoas. Então, esse aluno assistirá aulas em turmas regulares de ouvintes. Se ele apresentar alguma dificuldade, poderá ser acompanhado pela Sala de Recursos Multifuncionais com AEE.

Levando em consideração a narrativa da Coordenadora de Educação Especial da FME, é possível afirmar que as diferentes organizações para atender aos alunos com surdez, no município de Niterói, indicam as ações necessárias a serem desenvolvidas no enfrentamento e superação de barreiras à aprendizagem nas escolas municipais.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos surdos: considerações sobre o ambiente bilíngue e as práticas pedagógicas

Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

Em consonância com orientações do MEC (ALVEZ, FERREIRA; DAMÁZIO, 2010), o Atendimento Educacional Especializado está dividido em três momentos. São eles: 1 - O Atendimento Educacional Especializado em Libras, onde o aluno deverá aprender a base conceitual dos conteúdos escolares por meio da Libras; 2 - O Atendimento Educacional Especializado de Libras, onde o aluno deverá aprender a Língua de sinais e 3 - O Atendimento Especializado de Língua Portuguesa, onde o aluno aprenderá a Língua portuguesa como segunda Língua. O Atendimento Educacional Especializado se caracteriza por momentos didático-pedagógicos para o atendimento de alunos com surdez incluídos em escolas comuns. Segundo o MEC, o aluno surdo deve frequentar as aulas regulares em turma de alunos surdos e ouvintes e o AEE deve ocorrer no contraturno, em horário inverso ao das aulas nas salas comuns. Conforme preconizado pelo MEC (ALVEZ, FERREIRA; DAMÁZIO, 2010), fica claro que o professor de AEE deve se organizar para atender as demandas de língua, cultura, conceituação e aprendizado de maneira ampla. Portanto, levando em conta a centralidade da educação bilíngue na escolarização de alunos surdos, cabe a questão: Se essas necessidades educacionais forem contempladas pelo Atendimento Educacional Especializado, concebido como apoio complementar e/ou suplementar ao ensino regular, o que será destinado à sala de aula comum? Qual a função da sala de aula para alunos surdos na perspectiva da educação inclusiva bilíngue?

Este estudo também revelou que o município de Niterói propõe uma organização pedagógica diferente da que é orientada pelo MEC, na qual os alunos surdos encontram-se em turmas bilíngues, exclusivamente para alunos surdos e são acompanhados pelo Atendimento Educacional Especializado, apenas, quando apresentam outra deficiência.

Para analisar a função e relevância do Atendimento Educacional Especializado nas escolas estudadas, foram entrevistados professores quanto à dinâmica dos atendimentos e as organizações propostas pelo município de Niterói. Para tal, inicialmente, foram apresentadas as perguntas: Quais os critérios para que o aluno seja acompanhado pelo AEE? Quem estabelece esses critérios? Os alunos surdos da escola são acompanhados pelo AEE na Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs)? Qual o tempo e frequência de atendimento dos alunos surdos nas SRMs?, das quais destacam-se as narrativas:

Não existe um critério, só pelo fato de ser surdo ele já tem garantido o direito de ser acompanhado pelo AEE. O que acontece é que como os alunos estão inseridos nas turmas bilíngues, atende-se no AEE, apenas aos surdos que têm outras necessidades especiais além da surdez (Tereza/ouvinte – professora bilíngue de SRMs).

Para ser atendido em SRMs, o aluno precisa ser pessoa com deficiência física, mental, sensorial ou apresentar TGD ou altas habilidades/superdotação e passar por anamnese com a equipe de professores da SRMs. Há também o acompanhamento por parte da coordenação de educação especial. Os casos são variados quando falamos de alunos surdos. Há casos nos quais se trabalha a aquisição de LIBRAS, já que muitos chegam sem nenhum conhecimento de sinalização ou apresentam nível inferior ao desejável para a idade/ano de escolaridade; alguns com surdez associada à outra comorbidade; surdocegos e os ‘apenas’ surdos aprendem língua portuguesa na modalidade escrita na SRMs a partir do 6º ano. Como os casos são variados, também há uma variação de tempo em função do perfil e da necessidade de cada aluno. Normalmente, os alunos de 1º e de 2º ciclos são atendidos duas vezes por semana por 50 minutos em cada atendimento. Já os alunos surdos que frequentam a SRMs para o aprendizado de língua portuguesa na modalidade escrita, participam de aulas duas vezes por semana por um período de 2 horas (Roberto/ouvinte – professor bilíngue de SRMs).

As narrativas e os dados obtidos na Coordenação de Educação Especial do município de Niterói, revelam que os atendimentos em Sala de Recursos Multifuncionais para alunos surdos, acontecem em média, duas vezes por semana, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada. Essa frequência pode variar em atendimento às necessidades de cada aluno e com o trabalho pedagógico desenvolvido, indicando que são considerados os tempos e as singularidades dos alunos surdos, não havendo padronização das propostas de atendimentos pedagógicos. À luz da Teoria Crítica da Sociedade, essa proposta de organização pedagógica encontra respaldo no pensamento de Adorno (2006, p. 141), ao afirmar sua concepção inicial de educação:

(...) evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir de seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. (grifo do autor).

Tendo por referência a concepção de educação de Adorno (2006), verificou-se nas escolas estudadas que o Atendimento Educacional Especializado atende às necessidades educacionais específicas dos alunos surdos, não objetivando modelar e nem transmitir os conteúdos curriculares sem contextualização e estímulo à reflexão. Ao respeitar as singularidades dos alunos surdos os professores atuam em prol de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento humano e social.

Nessa perspectiva, compreendemos que a organização que promove o convívio em sala de aula bilíngue entre alunos surdos com alunos com outras deficiências, além de prever outras estratégias que atendam às necessidades da totalidade dos alunos, se configuram

Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ

como promotoras de experiências formativas entre esses alunos. Essa organização escolar possibilita que professores e alunos vivam experiências com as diferenças humanas.

As narrativas dos professores, participantes deste estudo, revelaram que adotam metodologia específica para o ensino de língua portuguesa para alunos surdos como segunda língua e que esse ensino ocorre nas turmas bilíngues até o 5º (quinto) ano de escolaridade. Outra informação importante, narrada pelos professores, se refere aos Referenciais Curriculares de Língua Portuguesa para alunos surdos. Contar com um currículo específico de língua portuguesa, adequado às necessidades de aprendizagem dos alunos surdos, revela-se um avanço considerável na proposta de educação bilíngue para alunos surdos. Pois, como afirmado por Quadros (2008, p. 29):

Quanto ao ensino de Língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segundas línguas. Tais técnicas partem das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas diante das suas experiências naturais com a Libras.

Assim, é necessário considerar que o município de Niterói, por meio do Programa de Bilinguismo, desenvolve sólida e significativa proposta de educação bilíngue para alunos surdos, levando em conta suas necessidades linguísticas e culturais, comprometendo-se com a oferta de recursos pedagógicos e profissionais qualificados para lidar e atender suas demandas de aprendizagem. Em atendimento aos preceitos do referido programa, a partir do sexto ano, os alunos surdos estudam em turmas inclusivas, constituídas por surdos e ouvintes, contando com o intérprete de LIBRAS na sala de aula regular e o Atendimento Educacional Especializado, no aprendizado da Língua Portuguesa em Salas de Recursos Multifuncionais. Esses atendimentos pedagógicos ocorrem no contraturno da escolarização formal, tendo por objetivo desenvolver o conhecimento sobre a língua portuguesa como segunda língua e a consolidação, no município de Niterói, da política pública de educação na perspectiva inclusiva bilíngue. Embora, enfrentando barreiras a serem vencidas no que se refere à escassez de profissionais para atuação com alunos surdos, dentre outras. Vale destacar que esse cenário não se restringe ao município de Niterói, sendo recorrente em outros municípios do estado do Rio de Janeiro, como apresentado em estudos de Witkoski (2011); Meireles (2010); Lima (2004), nos quais afirmam que a escassez de condições não deve

se tornar empecilho à experiência da educação de alunos surdos, na escola pública na perspectiva bilíngue e inclusiva.

O município de Niterói, por meio do Programa de Bilinguismo, enfrenta barreiras presentes no sistema educacional. Por outro lado, os profissionais atuantes estão comprometidos com projetos educacionais e organizações pedagógicas, com vistas a atender às necessidades educativas de alunos surdos. Para tal, destaca-se em Santos (2012, p. 79):

É a partir deste compromisso que a escola tem com seu aluno que podemos debater a organização dos projetos educacionais que estão submetidos a opção de uma ‘escola para todos’ – comprometida com a constituição de conhecimentos e com sua formação como cidadãos. A escola que reconhece e que enfrenta a organização de um projeto político pedagógico cuja proposta curricular garante respostas educativas vivenciando os conflitos provocados pelas diferenças físicas, sociais, culturais e étnicas está se aproximando do que podemos conceber por uma educação inclusiva.

Faz-se importante que as propostas pedagógicas para alunos surdos se fundamentem nos princípios emancipatórios que contribuirão à conscientização dos alunos surdos como indivíduos atuantes socialmente. Este estudo revelou que indivíduos surdos não são meros espectadores em seu processo de ensino aprendizagem. Mas, antes são indivíduos e, como tal, esperam que os professores “(...) aceitem a diversidade como um elemento enriquecedor do desenvolvimento humano.” (COSTA, 2006, p. 41).

Conclusão

Este estudo se dedicou em analisar a educação de alunos surdos em sua dimensão formativa humana e emancipadora. Tendo considerado também a necessidade de reflexão sobre as possibilidades de superação dos limites sociais, impostos às escolas sob a égide da exclusão de pessoas com deficiência. E essa reflexão foi possibilitada ao se considerar a educação capaz de promover a experiência com o outro não idêntico, como afirmado por Crochík (2006, p.137): “Se a formação diz respeito à introjeção da cultura por parte do indivíduo, para que ele se diferencie, o contato pessoal é fundamental”. No entanto, com a crescente padronização da sociedade, dos métodos de ensino e da massificação dos indivíduos na busca acelerada pelo conhecimento, como meio para ascensão social, a diferenciação é cada vez menos privilegiada e os indivíduos tendem a buscar a igualdade indiferenciada.

Nesse sentido, Costa (2006, p. 57), afirma: “Uma educação para emancipação seria uma educação para a contradição e resistência, ou seja, uma educação política, que, pela

reflexão, contraponha-se, expondo as contradições de caráter regressivo, à educação especial na busca de sua superação”. Portanto, no intuito de superar as condições segregadoras, impostas aos alunos com deficiência, afirmamos as possibilidades da educação inclusiva para o exercício constante da crítica, do esclarecimento e da emancipação.

A Teoria Crítica da Sociedade, com ênfase no pensamento de Adorno (2006), contém elementos necessários para a crítica à educação na contemporaneidade, com orientação para a emancipação, o que leva a pensar em um projeto de sociedade emancipada como sendo possível e na educação política, inclusiva e humana. Mesmo sob os limites da sociedade, da qual a escola é partícipe, verificou-se que as Escolas 1 e 2, junto à Fundação Municipal de Educação de Niterói/FME, atuam na perspectiva da educação democrática para alunos surdos, o que contribui para que este estudo contribua à materialização e afirmação da educação democrática nas escolas municipais de Niterói.

E, no caso de alunos surdos, que a educação democrática possa se afirmar em ambiente linguístico apropriado às maneiras peculiares de processamento cognitivo e linguístico dos alunos surdos, como afirmado por Quadros (2008), além de assegurar o desenvolvimento socioemocional íntegro pela identificação com adultos surdos, oportunizando acesso às informações curriculares e culturais, possibilitando aos alunos surdos a elaboração de suas concepções de mundo e que, assim, possam participar ativa e conscientemente da sociedade em suas diversas instâncias.

Referências

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paulo; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. 4. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7106-fasciculo-4-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14191, 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13146, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 ago. 2022.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Formação de professores: narrativas e experiências instituintes na e para a escola inclusiva. **Cadernos de Ensaios e Pesquisas Pedagogia UFF**, Niterói, v. 11, p. 23-43, 2006.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

FME. **Portaria nº 878/FME/2009**. Prefeitura de Niterói, Secretaria Municipal de Educação, Fundação Municipal de Niterói. Niterói, RJ, 2009. Disponível em: [portaria-878-09.pdf](#). Acesso em: 14 nov. 2022.

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. 2004. 261 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185053/LIMA%20Maria%20do%20Socorro%20Correia%202004%20%28tese%29%20UNICAMP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 Jun.2022.

MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. **Educação Bilíngue de alunos surdos: experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire**. 2010. 316 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185211/MEIRELES%20Rosana%20Maria%20do%20Prado%20Luz%202014%20%28tese%29%20UFF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PINTOR, Nelma Alves Marques. **Uma análise do Projeto Integrado de Desenvolvimento e Estimulação (EIDE) na Rede Municipal de Ensino de Niterói/ RJ**. 2011. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro-RJ, 2011. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/6449/Tese%20NELMA%20ALVES%20MARRQUES%20PINTOR.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Aritmed, 2008.

SANTOS, Kátia Regina de Oliveira Rios Pereira. Projetos Educacionais para alunos surdos. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (orgs.). **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre, Mediação, 2012. p. 71-87.

SANTOS, Lara Ferreira dos; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação Especial e Educação Bilíngue para Surdos: as contradições da inclusão. In: ALBRES, Neiva de Aquino & NEVES, Sylvia Lia Grespan. (orgs.). **Libras em estudo**: política educacional. São Paulo, FENEIS, 2013. p. 13-37.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Educação de surdos e preconceito**: bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26125/SILVIA%20ANDREIS%20WITKOSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 out. 2022.

Nota

ⁱ Os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservação da privacidade dos participantes do estudo.

Sobre as autoras

Rosana Prado

Professora Adjunta do Ensino Superior do Instituto Nacional de educação de surdos (INES). Docente do Departamento de Ensino Superior DESU/INES da faculdade de pedagogia, atualmente diretora do Departamento de Ensino Superior DESU/INES. Professora permanente do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do grupo de pesquisa (INES) Educação bilíngue, alfabetização e letramento visual. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7218-2323>. E-mail: rosanaprado.ines@gmail.com.

Valdelúcia Alves da Costa

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão'. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Estudos sobre violência escolar: bullying e preconceito'. Coordenadora do Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos (UFF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4751-4861>. E-mail: valdeluciaalvescosta@id.uff.br.

Recebido em: 02/11/2022

Aceito para publicação em: 15/11/2022